



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1976

QUARTA - FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Del Ciel. (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO A DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 113/76, veto PARCIAL, ao Projeto de Lei nº 143/75, de autoria do Poder Executivo que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos Serviços da Justiça do Estado. Parecer da C.C.J., pela REJEIÇÃO do veto. —

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente na sessão de ontem, em face da não existência do "quorum" necessário à apreciação da matéria, esta Casa ficou impossibilitada de decidir-se em torno do veto aposto pelo Sr. Governador do Estado ao artigo 3º do Projeto de Lei 143/75.

Por ocasião, ontem, da discussão desse veto, tive a oportunidade de expender diversas considerações em função das quais cheguei à conclusão de que o veto não tinha fundamento quanto ao mérito e também era descabido no que se refere à infringência do texto constitucional que o Governo se utilizou para sua justificativa.

Estas considerações giraram em torno do aspecto constitucional, da aplicabilidade à emenda que apresentei que resultou no artigo 3º, que foi vetado, do texto da Constituição Federal, especificamente no artigo 108, parágrafos 2º, 3º e 4º, pelos quais fica assegurado à Assembléia Legislativa do Estado, o direito de emendar, ainda que aumente as despesas, projetos de iniciativa, reservada como o foi o de nº 143/75 que, encaminhado pelo Governo do Estado, na verdade era originário do Judiciário.

Mas, ao final da sessão, em debate informal, o eminente Deputado Rosário Pitelli apresentou uma circunstância que, a seu ver, seria imperativa da aprovação do artigo 3º e da rejeição do veto. Entende o eminente representante de Cornélio Procopio, que o veto tem razão na medida em que a contagem de tempo refere-se a serviços paralelos. Em outras palavras, a contagem de tempo pela prestação de serviços pelo Magistrado, à Justiça comum e à Eleitoral, constitui uma forma de serviços paralelos.

Todavia, em que pese o respeito que tenho por tal argumentação, não me parece - data vênica - seja ela procedente.

E várias são as situações que se podem criar no mundo jurídico atual, identicamente acaso como aquele que o veto não quer permitir se torne o artigo 3º do Projeto de Lei 143/75.

Não se trata de contagem paralela e aí, provavelmente, me permito afirmar, reside o equívoco do Deputado Rosário Pitelli.

Vamos admitir, por hipótese, que determinado funcionário público acumule - porque tal acumulação é lícita - dois cargos de médico no mesmo serviço estadual. Ora, ao final do tempo de serviço necessário à aposentadoria, ele contou, para efeito de fixação dos proventos, todos os adicionais referentes a um cargo médico e porisso ele terá uma remuneração, e todos os adicionais de tempo de serviço, relativas ao outro cargo de médico, disso resultando uma segunda remuneração na inatividade.

Não vê, a Lei, nesse caso, uma contagem paralela. Mas, reconhece uma contagem cumulativa que não impede que o funcionário público que acumula dois cargos, possa, ao final da carreira, aposentar-se pelos dois, quando contou, para isso, o mesmo tempo de serviço.

É o caso idêntico que trouxe à baila com a apresentação de emenda.

Temos o Juiz que presta serviço na Justiça ordinária, comum, e simultaneamente, presta serviço à Justiça Eleitoral. São dois vasos absolutamente distintos.

É verdade que a prestação desses serviços, são paralelos, como afirma o Deputado Rosário Pitelli, todavia, através desta emenda, quer se evitar esse paralelismo, para tornar essa acumulação lícita, dela resultando benefícios para a classe da Magistratura paranaense, como o reconheceram os Estados de Mato-Grosso e o ex-Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro.

É por essa razão que retornei a esta tribuna, para aduzir a argumentação que tive oportunidade de alinhar, mas este dado favorável quer quando apresentei a emenda; quer na sessão, quando se discutiu o projeto.

Porisso, reitero o meu pedido de ontem, no sentido de que V. Exas., atendendo a um apelo de justiça, aprove o projeto e rejeitem o veto.

Era só, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) Em votação a

Proposição no 113/76.— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

17 Srs. Deputados aprovam, 11 rejeitam.— Rejeitado o projeto.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, 17 Srs. Deputados votaram favoráveis ao veto, 11 contra o veto, quer me parecer que foi rejeitado o veto.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) Sr. Deputado, é necessário que haja 32 Srs. Deputados. Estão presentes 31 Srs. Deputados.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o artigo 21 da Constituição Estadual diz que o quorum para a votação de vetos é de 2/3 dos Deputados presentes.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com a presença em plenário, o quorum é de 28 Srs. Deputados; dividido por 3 dá 18, que deveriam aprovar.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, V. Exa. tem razão. 18 Srs. Deputados seria o número suficiente para consignar o quorum necessário de 2/3 sobre 28. Quer me parecer que seria 9,3 o quociente. Seriam 18,6, ou seja 19.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1976.

QUARTA - FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretária da pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenicio Barbalho, Werner Wanderer, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino. (53); achando-se ausente o Senhor Deputado: Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

Emenda ao Projeto de Lei nº 104/75.

Supra-se o parágrafo único do Art. 2º, acrescentando-lhe dois parágrafos, com a seguinte redação:

§ 1º - Os municípios terão credenciados, pelo DETRAN seus despachantes oficiais, na proporção de 1 (hum) profissional para cada 1.500 (hum mil e quinhentos) veículos registrados, não excedendo a 100 (cem).

§ 2º - Os municípios com menos de 1.500 (hum mil e quinhentos) veículos registrados poderão, entretanto, ter até 2 (dois) Despachantes Oficiais credenciados. Neste caso, a cada grupo de 1.500 (hum mil e quinhentos) veículos que forem registrados, daí em diante, será credenciado outro Despachante Oficial.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1965.

a) Accioly Neto.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa aprimorar a situação regulada pelo parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei nº 104/75. De um lado, ao dividir a matéria em dois parágrafos, melhora a redação, tornando-a mais clara e menos confusa. De outro, aumenta em 500 (quinhentos) o número de veículos que regulada a liberação do despachante oficial. Com isso atende-se reivindicação da classe que vê no incessante aumento do número de veículos registrados, anualmente, uma ameaça de diluição da módica retribuição que percebe pelos serviços prestados.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, encarecendo a boa vontade e as providências para que o 14º SALÁRIO, isto é, o ABONO ESPECIAL PIS-PASEP, seja peço a partir de 1º de JULHO DO CORRENTE ANO DE 1976 e não do ano que vem, como foi anunciado.

A presente medida se justifica diante da existência de recursos disponíveis para efetuar o pagamento desde logo, inadmitindo postergação.

Essa providência é irrecusável, porque o trabalhador brasileiro está depauperado e sem condições de cumprir os compromissos mínimos para sua sobrevivência. Por isso, é inaceitável que esse dinheiro permaneça em poder do governo, quando ele deve ser transferido desde já para as mãos dos trabalhadores, que são seus legítimos donos, e que, em consequência, poderão consumir mais, pondo-o em circulação e, dessa forma, gerando mais riqueza para o comércio e para a indústria.

Portanto, para toda a Nação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1976.

a) Osvaldo Macedo.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 25/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA, com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1976.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 25/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Loja Maçôni-

ca Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente plano de lei comprova a existência legal da entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, bem como que a mesma estando em funcionamento, ininterrupto, há mais de um ano, presta relevantes serviços à comunidade sem qualquer intuito lucrativo. Ressaltando-se que os membros de sua diretoria, igualmente, não visam lucros, posto que não percebem qualquer espécie de remuneração ou dividendos pelo desempenho de suas atividades.

Assim, estando a entidade, perfeitamente amparada pela Legislação que regula as declarações de utilidade pública (Decreto Federal 60931, de 04 de julho de 1967, que regulamenta a Lei número 91, de 28 de agosto de 1936, bem como a Lei Estadual número 4399, de 17 de agosto de 1961), oferecemos à elevada consideração de nossos nobres pares o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 26/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa é uma Sociedade Civil, de Direito Particular, que tem como finalidade única a prestação de assistência médica, pedagógica e social a menores portadores de defeito físico ortopédico.

Em se tratando de uma entidade do mais largo alcance social e de fins tão humanitários, despida de qualquer intuito lucrativo, nada mais justo e oportuno, portanto, que o seu reconhecimento de utilidade pública por esta Casa de Leis. Razões pelas quais, solicitamos apoio e aprovação para este plano de lei aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do Deputado Federal Álvaro Dias, que se encontra em visita a esta Casa nesta Sessão Especial.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, designado pelo eminente Deputado Ivo Thomazoni, para falar em homenagem ao aniversário da Revolução de 31 de março.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Doze anos são transcorridos desde..."

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Sr. Presidente pelo visto esta Casa não tem número legal para prosseguir na sessão. Peço a V. Exa. para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Atendendo a questão de ordem do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, data vênha ao ilustre orador que se encontra na tribuna, esta Presidência deter-

mina ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º Secretário — (Procedendo a chamada nominal).

(Procede a 2ª chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). 23 Srs. Deputados responderam a chamada.

Atendendo à Questão de Ordem do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, com quorum legal para a realização da sessão, esta Presidência devolve a palavra ao eminente Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Permitiria-me solicitar de V. Exa., Sr. Presidente, que eu pudesse proceder, desde o início, a leitura do nosso pronunciamento, porque esta interferência, quando o nosso propósito é de realmente prestar uma homenagem à Revolução de 64, tira-nos a sequência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. pode estar à vontade para proceder, do início, a leitura do seu pronunciamento.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Doze anos são transcorridos desde aquela "radiosa alvorada de fé cívica e convicção democrática" que foi o Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, quando a Nação atendeu ao chamamento de seus líderes, a fim de retomar os caminhos do desenvolvimento, com ordem e segurança.

Hoje voltando um pouco os olhos e contemplando a trajetória percorrida nesse período, não encontramos nenhuma dificuldade para vislumbrar as magníficas realizações do Governo da Revolução.

É importante, porém, que não nos esqueçamos do passado caótico de pesadelos e angústias que faziam resvalar para o abismo a nossa querida Pátria.

Na verdade, doze anos nos separam da negra fase da corrupção e da desordem, da irresponsabilidade demagógica e mistificadora dos que então nos governavam, época em que os mais importantes valores éticos se exauriram; época em que a inflação galopante arrazava os padrões da economia brasileira, quando os trabalhadores eram ludibriados e conduzidos a greves inconstantes e quando a perturbação da Ordem era rotina e as famílias experimentavam o temor da desagregação.

Foi em meio a esse torvelinho de desesperança que irrompeu — da alma do povo — o Movimento de 31 de Março — marco histórico de uma nova era para o Brasil e para os brasileiros. 31 de Março de 1964!

Era a anarquia capitulando ante a união extraordinária do povo, das autênticas lideranças da classe política, das associações de classe, da Igreja, das mulheres deste País e das nossas gloriosas Forças Armadas — conscientes de seu papel catalizador em momentos difíceis e de decisão.

Vencer é preciso confessar, não era e não foi a maior tarefa. O importante, seria consolidar a vitória, emprestando-lhe como consequência a mais absoluta validade.

Esse o grande desafio.

Essa batalha a que se lançaram os governos revolucionários, todos eles perfeitamente imbuídos da convicção de que o País estivera à beira do caos social e econômico e que as dificuldades a serem transportas, exigiam sacrifícios sem conta, trabalho e até lágrimas.

Desde o saudoso e inesquecível Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, passando por Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, até o extraordinário Presidente Ernesto Geisel, a preocupação não tem sido outra, senão a de construir um Brasil novo, mais rico e mais forte para que nosso País seja respeitado e seu povo possa sentir-se mais feliz.

Daí, o planejamento criterioso, as grandes empreitadas à dinâmica administrativa, o envolvimento do povo na obra de restauração da confiança no Governo e mais que isso no grandioso futuro desta Pátria.

É preciso que reconheçamos que muitas sementes foram plantadas ao longo destes doze anos.

Algumas, mal começaram a germinar enquanto outras já produzem os melhores frutos.

Basta que atentemos para as realizações no campo social, na integração dos brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, na oferta crescente de oportunidades, no preparo das novas gerações para os combates do amanhã.

Em doze anos apenas, as novas conquistas se multiplicaram, apresentando resultados extraordinários, especialmente no amparo aos mais fracos, através de uma gama de providências e medidas que, gradativamente, vão proporcionando ao trabalhador tudo aquilo que, ao longo de muitos anos, não passou de armas demagógicas e instrumentos de engodo.

Dai, a razão do justo orgulho com que hoje contemplamos a relação de benefícios proporcionados pela Revolução ao trabalhador, nela incluindo entre muitos outros, o Fundo de Garantia, o PIS e o PASEP representando estas, nada menos que a participação dos empregados nos lucros das empresas.

Dai, a ênfase que se dá à política social do Governo, à qual foi conferido o destaque conveniente no atual estágio de desenvolvimento do País.

As ações nos campos da integração, valorização de recursos humanos, defesa do consumidor, emprego e salários, tem objetivado em última instância, a redistribuição direta e indireta da renda. Dentro desse esquema, a unificação da Previdência deu condições a que se triplicasse o número de segurados e beneficiários, elevando-se aqueles de cinco para 15 milhões e estes de 15 para 45 milhões; o trabalhador rural, um marginalizado, deixou sua condição de pária para se transformar em segurado e isso graças ao FUNRURAL, instrumento criado pela Revolução e que já derramou seus benefícios sobre mais de onze milhões de rurícolas.

O próprio Fundo de Garantia por tempo de serviço congrega hoje 93 por cento dos trabalhadores urbanos que, num montante de mais de catorze milhões, dispõe de contas bancárias com juros e correção monetária.

E que dizer da política salarial que se traduz em atualizados critérios de cálculos do salário, possibilitando reajustamentos realistas, além da desvinculação do salário mínimo de outros valores, que evidenciam o desejo da melhoria salarial. E neste campo, o grande empenho do Governo na melhoria da mão-de-obra especializada, com milhares de cursos que se realizam para dar ao trabalhador maior qualificação e como consequência, salários mais elevados.

É o Governo melhorando a mão-de-obra, qualificando o trabalhador e como consequência dando-lhe maiores oportunidades de progredir sem mentiras, sem demagogia salarial, sem os aumentos que no passado eram consumidos por galopantes processos de inflação.

Igualmente, a reformulação dos esquemas de atuação do Banco Nacional de Habitação, com redução de juros, aumento de prazos e concessão de incentivos fiscais, além de uma acelerada tendência para a universalização da Previdência Social, revelando o crescente empenho da revolução em tornar o homem o grande beneficiário da obra revolucionária.

Mas, os benefícios outorgados aos trabalhadores não ficam aí. Assim as aposentadorias foram retificadas e somente em 76, oitenta mil benefícios em atraso vieram a ser corrigidos.

Foi no Governo Revolucionário que se reconheceu o direito da aposentadoria aos trabalhadores rurais. Da assistência médica, passou-se à assistência farmacêutica, ampliada com a criação da Central de Medicamentos.

E assistência médica também foi dada aos filiados à Previdência Social, após os sessenta anos.

À mulher, para que tivesse igualdade de condições no mercado de trabalho, foi dado o salário-maternidade a cargo da Previdência Social e não do empregador.

Muitas outras conquistas poderiam ser lembradas, incluindo-se a procura constante da humanização das cidades, além de uma série infindável de medidas que mostram, numa simples comparação, com o que existia antes de 64, a extraordinária distância percorrida, muito embora as estatísticas — em sua fria linguagem aritmética — não escondam o quanto ainda resta de desigualdade e, até mesmo de miséria, a serem banidas do solo pátrio.

Por isso mesmo, apesar dos avanços em setores fundamentais da economia, como ocorre em relação à energia, à siderurgia à construção naval, à petroquímica, à mineração e à agropecuária, não considera a Revolução já cumpridos os seus deveres em relação àqueles que estão construindo a grandeza do Brasil.

Tanto assim que novas medidas são constantemente anunciadas, todas elas voltadas — em primeiro lugar — para o bem estar social, uma vez que o atual estágio de desenvolvimento da vida brasileira não é o da política das promessas, nem dos enganos mas sim, o da política das inovações e das realizações.

A luta, é bem verdade, tem sido árdua, mesmo porque existem contingências internacionais que nos têm exigido novos e continuados sacrifícios.

Enfrentados, no entanto, tais percalços, com inteligência e obstinação e vencidas as etapas iniciais da Revolução, nova filosofia inspira agora a ação governamental, consubstanciada na doutrina humanista do desenvolvimento integrado.

Preconizada pelo Presidente Ernesto Geisel e definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento, permitirá ela que, ao sensível desenvolvimento econômico acompanhe equivalente avanço nos campos político e social — o que se busca de um lado, através do gradual processo de afirmação democrática — e, de outro, mediante iniciativas e inovações, destinadas a beneficiar os mais pobres, ou seja, aqueles que mais carecem da proteção do Governo.

Para nós, da Aliança Renovadora Nacional, as conquistas acumuladas nestes doze anos, constituem motivo de orgulho, pois a ARENA tem emprestado aos Governos Revolucionários uma contribuição efetiva a um indispensável respaldo.

Da mesma forma, como verdadeiro canal de comunicação, nosso partido tem procurado atuar como legítimo porta-voz de sugestões e reivindicações, exercitando sua imaginação criadora, em favor de soluções positivas para problemas que ainda afligem setores da vida nacional.

Conscientes do quanto já realizaram os Governos da Revolução, e convencidos de que muito ainda resta por ser feito, queremos proclamar nossa fidelidade ao Movimento de 31 de Março, por ter sido um movimento com suas raízes no povo e que desse mesmo povo jamais se afastou.

Estamos certos de que a Revolução, pelo muito que ainda tem por realizar, continuará orientando a vida nacional, alargando os horizontes de nossas conquistas e impondo-se — cada vez mais — à confiança dos brasileiros e à admiração dos demais povos, já convencidos de que a pujança de nosso País não encontra barreiras.

E o fazemos, adotando como nossas últimas palavras a palavra a um só tempo de advertência e de confiança do Presidente Ernesto Geisel, quando enfaticamente afirmou:

“Que o dramático episódio de 1964 seja confortadora lição e estímulo sempre presente, para que nunca mais permitamos que o sopro da insânia e da violência subversiva, dividindo tragicamente a Nação, nos leve às portas da falência e da ruína — a ruína e a falência melancólicas de um povo jovem que ainda não encontrou seu lugar na História da Humanidade. Mas que, mercê de Deus, e pelo seu próprio esforço tenaz, certamente haverá de encontrá-lo em futuro próximo.”

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei nº 104/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.** Será anexa ao projeto.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 177/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 191/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu. — Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 205/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 308/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que dispõe sobre a privatidade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, em regime de urgência. — Ao referido projeto foi apresentada emenda de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Externato São Francisco Xavier, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 253/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 343/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 253/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

ACCIOLY NETO

Presidente

DENI SCHWARTZ

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 343/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 151/75, de 04 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

ACCIOLY NETO

Presidente

DENI SCHWARTZ

Relator

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Ministro do Trabalho, encarecendo providências para que o 14º salário, isto é, o Abono Especial PIS-PASEP, seja pago a partir de 01 de julho do corrente ano. — **Aprovado.**

Concedo a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Explicação Pessoal) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Considero a intervenção do nobre Deputado Valter Piétrangelo uma ofensa à Revolução; um desrespeito a esta Casa, a este Poder, e acima de tudo, um desrespeito às normas que sempre nortearam os trabalhos legislativos desta Assembléia paranaense.

É ofensa à Revolução que é um movimento que tem 12 anos de existência. E, no nosso entender, irreversível.

E quando a Mesa designa para expor o pensamento da ARENA, é de repente, bruscamente interrompido.

Considero um desrespeito para com os companheiros que sempre tiveram desta tribuna a liberdade de prestar sua homenagem aos mais diversos movimentos e aos mais variados eventos na história pátria. Jamais se viu nesta Casa que alguém impedisse um companheiro de falar, quando designado pela bancada, por solicitação da Presidência, dando cumprimento a uma resolução aprovada pela unanimidade deste Poder que determina, que todos os grandes eventos da história, sejam comemorados aqui pelos representantes do povo, no entanto, assistimos hoje essa prática anti-regimental, não só antipática, mas acima de tudo ofensiva a todos os sagrados postulados a que dispôs defender o movimento que vem fazendo com que nós, brasileiros, tenhamos um futuro a vislumbrar, futuro risonho, feliz, porque de progresso, de paz e tranquilidade.

Disse que era uma ofensa ao Poder Legislativo que em legislatura passada, em 1969, através da aprovação de emenda regimental incluiu 31 de Março de 1964, através da aprovação de emenda regimental incluiu a Independência do Brasil, 7 de Setembro, como incluiu tantas datas históricas, para que neste Poder fossem lembradas por todos os brasileiros e que todos se apercebessem e valorizassem os feitos.

Se é verdade que temos que olhar para o futuro, não podemos valorizar o que possuímos se não olharmos o passado, para evitarmos cometermos o mesmo erro.

Normalmente nesta Casa houveram pronunciamentos de ambas as bancadas nesta data histórica e hoje lastimamos sinceramente. Presenciamos mais uma diminuição do Poder Legislativo, que pisa o Regimento Interno, que ofende às tradições des-

ta Casa e o mais grave, é o desafio até, a contestação à Revolução, tão forte.

Tenho que fixar a posição da bancada, porque me ofendiram brios de homem da ARENA...

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — E quando se fala na necessidade da revogação pura e simples do Ato Institucional, número 5, que no meu entender deve paulatinamente ser entendido como arma de defesa aos postulados revolucionários, eu me pergunto se esse não seria o início de uma contestação que não tem precedente na história deste Poder, e que poderia fazer com que a tranquilidade, a ordem e a paz social comessem a partir de agora. Uma data que para nós é festiva, que para a ARENA dignifica os homens que trabalham para o engrandecimento desta terra.

Eu me pergunto se os outros povos que experimentaram as liberdades totais e até inconsequentes de governos sem responsabilidade, e que hoje aplaudem movimentos iguais ao nosso e depositam nele a esperança do soerguimento da sua economia, o soerguimento moral de uma coletividade ansiosa pela paz, pela prosperidade, pelo diálogo, eu me pergunto se vale a pena estarmos aqui a dizer sempre dos feitos do Governo — e cumprimento o eminente Deputado Dácio Leonel, meu vice-líder. Deveríamos nós da Aliança Renovadora Nacional tê-lo feito na sessão de hoje, mas vamos fazer e já solicitamos a transcrição da Ordem do Dia emitida por S. Exa., o Sr. General Comandante do Exército, onde os conceitos por ele emitidos sobre a data, que é histórica, dizem bem do significado do movimento.

O Sr. Osvaldo Macedo(— V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Lastimamos que aqueles que impedem a liberdade da palavra desta tribuna, pretendam, através de apartes, impedir que nós possamos daqui dizer da nossa insatisfação pelo comportamento pouco ético de um parlamentar que sempre mereceu o nosso respeito.

Recuso-me a de nesta data e neste instante conceder apartes e talvez assim procedendo não permita que o aparteante, no calor talvez, emotivamente talvez na defesa da atitude de um seu comandado...

O Sr. Osvaldo Macedo — Não, da provocação de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — ... possa até se comprometer com a história desta terra e deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Concedo a palavra, para falar, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso que não entendi e esta Casa não entendeu, pela primeira vez, esta lição, ouso dizer até, de insanidade.

(Muito bem, muito bem dito).

Ouso dizer até, o Deputado Valter Pietrângelo, que honra a bancada do MDB nesta Casa, usou de um direito legítimo que lhe confere o Regimento Interno, qualquer que seja a sessão e esta não é uma sessão solene, é uma sessão normal.

Digo mais, desrespeito é quando aqui não comparece a bancada em toda a sua integridade, em todo o seu número da Aliança Renovadora Nacional, que aqui deveria estar, por que aqui não esteve para só ela dar número à sessão deste dia?

Desrespeito é quando a bancada da Aliança Renovadora Nacional se retira do plenário para impedir a convocação do Secretário de Educação. Isto sim, é desrespeito ao Poder, isto sim, é desrespeito a esta Casa.

Queremos dizer àqueles moleques de recado, àqueles que acham que podem intimidar e que podem nos arrepiar no nosso comportamento, que nós não nos arrepiamos com ameaças dos pequenos ou dos que dão recados. Não temos medo e não nos intimidamos. Que não venham eles falar com a autoridade que não têm, que não venham eles a esta Casa seguir o exemplo de seu líder na Câmara Federal que tem sido mais Zezinho e mais Andrade e Silva.

Sabemos o que queremos e este Poder e este Regimento há de ser respeitado e não será pela provocação de alguém que tenha perdido, em alguma hora, o equilíbrio emocional que nos arrepiaremos, que nos intimidaremos. Continuaremos pensando como sempre pensamos, respeitando o que deveremos respeitar, mas não seremos nunca membros daquela unanimidade bovina que aqui já denunciámos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de abril, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 177/75 e 205/75 e de Lei nº 157/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 253/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 166/75 e 168/75.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 02 de abril, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 8/75 e de Lei números 22/75, 36/75 e 144/75.

Levanta-se a Sessão.

DIRETORIA GERAL CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de quatro (4) vagas de taquígrafo, níveis PL-25, PL-24, PL-23 e PL-22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

- 1º — Ser brasileiro;
- 2º — ter dezoito (18) anos completos à data do encerramento das inscrições e trinta e cinco (35) incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;
- 3º — apresentar requerimento de inscrição, dirigido à Comissão Examinadora do Concurso, em qualquer dia útil, no horário de 9 às 11 e das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, no Departamento de Pessoal, assinado pelo candidato ou por seu procurador;
- 4º — juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá à fórmula própria, os seguintes documentos:
 - a) - Certificado de conclusão do curso ginasial ou equivalente, ou prova de exercício anterior de atividade de taquígrafa;
 - b) - certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;
 - c) - atestado de boa conduta, firmado pela Secretaria de Segurança;
 - d) - declaração de órgão competente da repartição em que trabalhou, para os ocupantes de cargo ou função pública, com mais de 35 anos de idade;
 - e) - três fotografias, 3x4, do candidato, trazendo, no verso, à tinta, o nome.
- 5º — Exibir, no ato da inscrição:
 - a) - Carteira de Identidade ou Profissional;

b) - Título de Eleitor;

c) - prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

6º - No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição e receberá um cartão de identidade, com fotografia e a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

CAPÍTULO II

DAS PROVAS.

7º - As provas do concurso constarão de:

- a) - Português;
- b) - Taquigrafia;
- c) - Datilografia;
- d) - Conhecimentos gerais.

8º - A prova de português constará de correção de discurso ou trecho de discurso, com o mínimo de vinte e cinco linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido propositadamente incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.

9º - As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três, obedecendo à seguinte ordem:

- a) Apanhamento taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito a 100 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros 8%.
- b) apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros de 10%;
- c) apanhamento taquigráfico de discurso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora;

10º - A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas ou testes sobre fatos históricos, políticos e econômicos.

11º - Tratando-se de concurso de provas, para a primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independente de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

13º - O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho, obterá 100 pontos; por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

14º - Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- a) Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido - 1 erro;
- b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração de sentido - meio erro;
- c) erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores - meio erro, um erro ou dois erros;
- d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três erradas, computar-se-á o número maior de erros);
- e) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez desde que sejam consequentes.

15º - Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: português - peso 2; primeira prova de taquigrafia - peso 1; segunda prova de taquigrafia - peso 4; prova de plenário-peso 2; prova de conhecimentos gerais - peso 1. A média total será obtida mediante a divisão por 10 das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

16º - Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV

DAS REALIZAÇÕES DAS PROVAS

17º - A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada.

18º - Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

19º - Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (lei n. 5.765, de 18-12-71).

20º - Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

21º - Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite a sua identificação.

22º - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

23º - A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul-preta. O emprego de outras cores ou de lápis tinta, importará em desclassificação.

24º - O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou a tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e de bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS.

25º - A inscrição do candidato implicará na aceitação tácita das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

26º - Em caso de empate na classificação final, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

27º - As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos pelo prazo improrrogável de três dias para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

28º - Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva a quem caberá a decisão final.

29º - O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova, estará automaticamente excluído do concurso.

30º - É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da sua homologação pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

31º - As provas deverão ser realizadas nos dois primeiros dias 22 e 23 de abril do corrente ano, com início às 15 horas e no último dia 24 do mesmo mês e ano, com início às 9

horas, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 81/76.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 210/76, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JAHIR DALAGASSA, matrícula número 075, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- (a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- (a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- (a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 685/76, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CELSO APPARECIDO DE CASTRO, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "26", do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 324/76, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de

1975, em favor de LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula nº 477, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 686/76, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar, contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILZA DOS SANTOS LOPES, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 784/76, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário